

ALFABETIZANDO E LETRANDO: UMA EXPERIÊNCIA NO/DO PROJETO PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO

Claudionor Alves da Silva¹
Oney Cardoso Badaró Alves da Silva²

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar uma experiência vivenciada no Programa Pacto pela Alfabetização, com uma turma de 2º ano do ensino fundamental no ano de 2012. Inicialmente foi feito um diagnóstico de leitura e escrita com a turma e verificou-se que nenhum dos alunos tinha atingido o nível alfabético em relação à construção da escrita. Então, foram desenvolvidas atividades baseadas na metodologia do Programa, contemplando a aquisição do sistema alfabético e a leitura e a produção de textos orais e escritos. Com a sistematização dessas atividades, objetivou-se alfabetizar letrando, partindo sempre de um determinado gênero textual, priorizando aqueles com os quais os alunos mantinham contato no cotidiano. Concluiu-se, com base nos avanços obtidos pela turma que é possível alfabetizar letrando, ou seja, trabalhar com o texto desde a fase inicial de alfabetização. No final do ano letivo, dos 25 alunos, apenas 2 não conseguiram atingir o nível alfabético.

Palavras-chave: alfabetização; gêneros textuais; letramento.

Introdução

O processo de alfabetização na perspectiva do letramento vinculado ao Projeto Pacto pela Alfabetização tem o intuito de alfabetizar e letrar os alunos nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Desenvolver um trabalho voltado para esse fim justifica-se pela necessidade de proporcionar aos alunos oportunidades de usufruírem dos diferentes gêneros textuais que a proposta oferece, significa ampliar e desenvolver o gosto dos educandos pela leitura através da diversão, da imaginação, da informação, da comunicação e visão de mundo que cada um pode construir seja no ambiente escolar, no contexto familiar ou social, por meio de uma rotina específica.

A adesão ao Programa Pacto pela Alfabetização justificou-se pelos baixos índices educacionais dos alunos desde os anos iniciais nos últimos anos, tanto no Estado da Bahia quanto no município de Vitória da Conquista. Esses baixos índices têm sido amplamente divulgados, sobretudo a partir dos anos 1990 com a implementação dos sistemas de avaliação da educação básica, compreendidas como inovações do sistema educacional brasileiro. Atualmente, essas avaliações têm seguido um caminho diferente, caracterizadas como

¹ Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Alfabetização e Letramento Escolar, Coordenador municipal do Programa Pacto com os Municípios. Email: profclaudionor@yahoo.com.br.

² Licenciada em Pedagogia com habilitação em alfabetização, especialista em Psicopedagogia e em Educação e Memória; Professora alfabetizadora da rede Municipal de ensino de Vitória da Conquista. email: oneybadaro@hotmail.com.

procedimentos indispensáveis a um projeto educativo com o objetivo de melhorar a qualidade da educação. Partindo dessa perspectiva, elas começam a mostrar os pontos frágeis do processo educativo de modo que sinaliza em as mudanças devam ocorrer.

De acordo com a avaliação da Provinha Brasil, no ano de 2011, o percentual médio de acerto nessa Prova foi de 59%. Esse indicador, calculado pela quantidade média de itens respondidos corretamente não revela o estágio de desenvolvimento dos alunos nem as dificuldades por eles enfrentadas ou as competências por eles desenvolvidas, mas permitem perceber o desempenho geral dos alunos avaliados. Pode-se inferir, no entanto, que esses 59% médio de acertos indicam que os alunos se encontram na fase inicial do processo de alfabetização, tomando como base as habilidades previstas na Matriz de Referência da Provinha Brasil.

É interessante notar que essa avaliação foi aplicada no final do primeiro semestre de 2011, momento em que os alunos já teriam passado por um semestre de aprendizagem, sem contar com os dois semestres do ano anterior, visto que a Provinha Brasil é aplicada no 2º ano do ensino fundamental. Assim, segue este trabalho com o objetivo de relatar a experiência vivenciada no Programa Pacto pela Alfabetização, com uma turma de 2º ano do ensino fundamental, ocorrida no período de fevereiro a dezembro do ano de 2012.

Pressupostos da proposta didática

Alfabetizar letrando passa a ser uma necessidade em virtude das transformações sócio-culturais e tecnológicos da sociedade contemporânea. A necessidade de alfabetizar e letrar surge, então, quando se percebe que não satisfaz mais ao sujeito contemporâneo apenas o domínio do código e as habilidades de utilizá-lo para ler e escrever. Esse domínio refere-se ao conjunto de técnicas que o capacita a exercer a arte e a ciência da escrita. O letramento, por seu turno, refere ao exercício efetivo e competente da escrita, exercício esse que implica o uso das habilidades da escrita para informar ou informar-se, para interagir, para ampliar conhecimento, capacidade de interpretar e produzir diferentes tipos de texto, de modo a se inserir efetivamente no mundo da escrita.

Alfabetização e letramento são considerados processos diferentes, porém interdependentes. Se assim o são, não há porque no trabalho pedagógico optar por um em detrimento do outro. É preciso, segundo Soares (2003) considerar a especificidade de um e de outro. Assim, ela propõe que

[...] a entrada da criança no mundo da escrita se dá simultaneamente pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento.

[...] a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2003, p. 9, 12)

Dessa forma, a proposta didática de alfabetização, que tem como pressupostos teóricos a alfabetização na perspectiva do letramento, planeja e executa suas atividades didático-pedagógicas de modo que propicia ao mesmo tempo ao aluno o seu aprendizado da leitura e da escrita e a sua imersão na cultura escrita. Isso significa possibilitar àquele que aprende compreender o sistema de escrita alfabética e o uso da leitura e escrita como práticas sócio-culturais. Em outras palavras, deve-se desenvolver, no processo de alfabetização atividades que envolvem tanto a aquisição do sistema de escrita alfabético quanto a leitura e a produção de textos orais e escritos.

É alfabetizando-se e letrando-se num contexto rico e variado de material escrito, ou seja, com a utilização de diversos portadores de textos dos mais diversos gêneros textuais, que os alunos aprendem a ler e escrever com melhor qualidade. Conforme Bakhtin (2003, p. 262): “A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso”.

Para Bakhtin (2003) a língua é concebida como processo de interação verbal dos atos de fala, cujo fundamento é o caráter dialógico. Nesse caso, todo enunciado é dialógico e toda relação é uma relação de sentidos, assim fazendo-se necessário o código e o sentido. De acordo com esses pressupostos, alfabetizar letrando faz toda a diferença, todo o sentido, visto que são práticas sociais de linguagem.

Tendo em vista que a aquisição do sistema de escrita alfabético seja um dos grandes eixos que envolvem a alfabetização, destaca-se a importância da psicogênese da língua escrita nesse processo. A psicogênese explica o percurso que o sujeito faz para se apropriar da língua escrita. Segundo os estudos de Ferreiro e Teberosky (1999), o sujeito elabora hipóteses até se apropriar do sistema alfabético da escrita. Aos poucos o sujeito vai compreendendo as particularidades da linguagem oral e escrita.

Para Moraes (2004, p. 26), “para chegar a compreender que o que a escrita alfabética nota são os sons das palavras orais que o faz considerando segmentos sonoros menores que a sílaba, o indivíduo, necessariamente, precisará desenvolver suas habilidades de análise fonológica”. O sujeito deve compreender como funciona o sistema de escrita. Para tal, é necessário compreender a) compreender que a escrita representa os sons da fala, ou seja, as letras/grafemas são signos gráficos, mas lidas oralmente como signos sonoros e b) compreender como as letras/grafemas se organizam para representar os sons da fala/fonemas.

Compreender o que e como a escrita representa é fundamental, mas não é o suficiente que o aprendiz se aproprie do sistema alfabético da escrita, pois a língua se estrutura no uso e para o uso escrito e falado de forma contextualizada. É importante, portanto, o desenvolvimento de atividades práticas de oralidade, leitura e escrita no trabalho docente de ensino da língua.

Com base nesses pressupostos, segue uma descrição, de forma sucinta, da experiência vivida com uma turma de 2º ano do ensino fundamental, durante o ano letivo de 2012, em uma escola pública municipal de Vitória da Conquista.

Diagnosticando a turma

A turma era composta por 25 alunos, sendo 14 do sexo masculino e 11 do sexo feminino. A atividade iniciou-se com um breve diagnóstico para verificar o nível de desempenho da turma e, conseqüentemente, os conhecimentos prévios em relação à função social da leitura e da escrita. Por meio de uma roda de conversa, foi possível identificar o que eles sabiam sobre os conteúdos previstos para serem trabalhados, incluindo a tipologia textual. Com o intuito de contribuir com o avanço dos alunos em relação à aquisição do sistema alfabético, foram realizadas atividades de sondagem da escrita, o que permitiu avaliar e identificar em qual nível de construção da escrita se encontrava cada um dos alunos. Tomando como base os níveis de construção da escrita propostos por Ferreiro e Teberosky (1999), o resultado foi o seguinte:

NÚMERO DE ALUNOS	NÍVEIS
6	Pré-silábico
16	Silábico
3	Silábico-alfabético
0	Alfabético

Com base nesses dados, verifica-se que a grande maioria dos alunos não sabe ler e escrever com autonomia; estão, pois no nível inicial do processo de alfabetização, embora seja o segundo ano de escolaridade. Em relação ao conhecimento dos vários gêneros textuais, todos denotam saber o que é um texto, ou seja, reconhece a sua estrutura, mas não consegue diferenciar um gênero do outro.

Foi nesse contexto que adotou a metodologia do Pacto: alfabetizar na perspectiva do letramento. Essa metodologia, de acordo com Soares (2003, p. 47) assim se configura: “(...) ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, *alfabetizado e letrado*”. E é com base nessas diversas práticas, permeadas pelos vários gêneros textuais que essa proposta se fundamenta, assim como é nessa perspectiva que se deu os experimentos aqui apresentados.

Prática e vivência na classe

As atividades para alfabetizar e letrar foram organizadas em três momentos distintos, conforme descritos a seguir:

1º) Tempo para gostar de ler – o objetivo maior desse momento é a leitura. Para tanto, proporcionou-se aos alunos a prática social da leitura através dos livros de literatura infantil do próprio aluno e se desenvolvia em rodas literárias (leitura livre e apresentação pelos alunos). Eram disponibilizados diversos gêneros textuais como poesia, conto, fábula, lenda, histórias, parlendas, músicas, bilhetes, e-mails, cartas, receitas, bem como diferentes suportes textuais: livros, revistas em quadrinhos, revistas, jornais, etc... Por meio dessa prática, em que os alunos escolhem, selecionam o texto que deseja ler, acredita-se que essa mediação contribua para a formação de leitores ou ao menos desenvolver o gosto dos alunos.

2º) Tempo de leitura e oralidade – didaticamente, o objetivo primeiro desse momento é a compreensão da aquisição da leitura e desenvolvimento da fala pelo aluno. Nesta rotina eram lidas pela professora, histórias variadas para as crianças. Depois, cada aluno também fazia a leitura de uma determinada história para os colegas. Outros gêneros passaram a ser utilizados nesses momentos como bilhete, convite, anúncio, receita etc. Todos os textos lidos eram discutidos, momento em que os alunos tinham a oportunidade de expor suas ideias, compreensões, ou seja, a leitura que faziam do texto. Cada aluno expunha o seu ponto de vista em relação à leitura lida/ouvida em classe.

3º) Tempo de aquisição da escrita – o objetivo didático principal desse momento é a apropriação do sistema alfabético pelo aluno. Para isso, eram realizadas atividades escritas

sugeridas pela professora. Muitas vezes era solicitado que os alunos recriassem uma das histórias lidas, a confecção de um cartaz, a escrita de um bilhete, enfim, era o momento da produção de textos. É importante dizer que se respeitava a escrita do aluno, já que eram diversos os níveis de escrita em toda a classe. Valorizava-se essa escrita para poder fazer a intervenção devida de modo que auxiliasse o aluno a melhorar sua produção, a compreender as relações entre fonemas e grafemas.

Resultados e discussão

As sondagens dos níveis de leitura e de escrita dos alunos revelaram que em sua maioria eles tinham muito que avançar na aquisição do sistema alfabético. A maioria deles se encontrava no nível silábico de escrita. Tendo em vista que o Pacto propõe a garantia da alfabetização desses alunos até os 8 anos de idade, pretendeu-se, com as orientações e estudos proporcionados nos encontros de formação continuada, desenvolver todas as atividades possíveis que auxiliassem os alunos no aprendizado autônomo da leitura e da escrita.

No final do primeiro semestre verificou-se uma mudança significativa em relação ao nível de construção da escrita conforme mostra a tabela abaixo se comparada com os dados apresentados na anterior.

NÚMERO DE ALUNOS	NÍVEIS
2	Pré-silábico
5	Silábico
8	Silábico-alfabético
10	Alfabético

O processo de alfabetização é aqui concebido como um processo que se dá a partir do desenvolvimento de atividades envolvendo dois grandes eixos: atividades de apropriação do sistema alfabético de escrita e atividades de leitura e produção de textos. As atividades desenvolvidas nos três tempos descritos acima tiveram como base esses dois eixos. Embora eles tenham sido apresentados numa determinada sequência, é bom lembrar que o fez por uma questão didática. Portanto, essas atividades não ocorreram em momentos estanques e desarticuladas umas das outras, mas dentro de um programa de ensino, com objetivos e estratégias definidos.

O avanço nos níveis de letramento e alfabetização foi claramente perceptível. A frequência das rodas de conversa com as crianças bem como das atividades de leituras e produção de textos em suas produções textuais e leituras contribuiu para isso. Se inicialmente as crianças não se preocupavam com a autoria dos textos lidos, com o tempo passou a ser a primeira pergunta que faziam quando um texto lhes era apresentado. Eles mesmos começaram antecipar outras informações acerca do texto mesmo antes de terem lido como o tipo de texto, a falar dos assuntos de que tratam esse tipo de texto, a apresentarem as características do texto, a compararem com outros textos lidos por conta da estrutura semelhante, além do desejo de realizarem a leitura.

Com base na proposta didática do alfabetizar letrando que fundamenta o Programa, o texto passou a ser unidade de ensino da língua. Assim, o desenvolvimento das atividades do Programa partiu do texto. Os gêneros trabalhados durante o ano letivo foram o conto, a história em quadrinhos, trava-língua, receitas, biografias, poesias e poemas. Com a leitura e a produção desses gêneros, constatou-se que houve uma ampliação na apreensão das características desses gêneros e de suas funções. O trabalho constante com esses gêneros possibilitou também aos alunos a identificarem e diferenciarem uma biografia de um texto informativo, ou de uma história em quadrinhos.

Para Santos e Albuquerque (2007, p. 98),

Alfabetizar letrando é, portanto, oportunizar situações de aprendizagem da língua escrita nas quais o aprendiz tenha acesso aos textos e a situações sociais de uso deles, mas que seja levado a construir a compreensão acerca do funcionamento do sistema de escrita alfabético.

Conforme foi dito, as atividades desenvolvidas com a classe focaram nos dois eixos da alfabetização: apropriação do sistema alfabético e leitura e produção de textos. Foi com base no desenvolvimento permanente dessas atividades que foi possível verificar mais uma vez o avanço dos alunos no final do segundo semestre, conforme apresenta a tabela a seguir:

NÚMERO DE ALUNOS	NÍVEIS
0	Pré-silábico
2	Silábico
0	Silábico-alfabético
23	Alfabético

Os alunos, nesse momento, já liam e compreendiam melhor os textos. Todos os alunos conseguiram avançar de um nível para o outro. Mesmo os dois alunos que não atingiram o nível alfabético apresentavam um desempenho melhor em relação a seus vínculos com o aprendizado da leitura e da escrita. Assim, a leitura e a escrita dos mais variados gêneros de textos não focava exclusivamente em aspectos avaliativos, não se exigia que os alunos reproduzissem o conteúdo dos textos lidos para que o professor pudesse atribuir valores aos conhecimentos demonstrados pelos alunos. Preocupava muito mais com a apreensão e uso dessas habilidades como práticas sociais.

Considerações finais

Neste trabalho, procurou mostrar que é possível alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a leitura e a escrita a partir do uso dos diversos gêneros de textos, desmistificando, assim, a ideia de que não se pode trabalhar com textos com alunos que não saibam ler e escrever convencionalmente. Isso é possível, de acordo com a experiência vivenciada, quando se desenvolve atividades considerando as diversas dimensões do processo de alfabetização como a aquisição do sistema de escrita e o desenvolvimento da consciência fonológica, o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita e o letramento. A articulação dessas atividades, considerando o valor e a importância de cada uma delas para o processo de alfabetização, sem a valorização de uma em detrimento de outra compõe os dois eixos da alfabetização abordados acima.

Como se percebe, não há como alfabetizar e letrar os alunos com atividades mecânicas de leitura e escrita de letras e sílabas ou de frases descontextualizadas. Se o que se propõe é a alfabetização e o letramento de todos os alunos, deve-se, então trabalhar de forma articulada e integrada os dois eixos da alfabetização. A leitura e a escrita não é concebida apenas uma simples ação de decodificar e de codificar símbolos gráficos. Mais do que isso, ler é um processo de interação entre um leitor e um texto.

Com base no exposto e nos resultados dessa experiência, percebeu-se a necessidade de ampliar e investir em propostas pedagógicas que visem não apenas a uma alfabetização restrita ao ensino da decodificação dos sinais gráficos, mas que os alunos se apropriem da linguagem escrita no sentido fazer uso das habilidades de leitura e escrita como práticas sociais. Essa apropriação da escrita não se pode dar, pois, senão pelo uso dos diversos gêneros textuais presentes na vida cotidiana. Daí, a defesa de que se deve tomar os diversos gêneros

como objeto de ensino da língua, tendo em vista que os alunos convivem em seu cotidiano com diferentes atos de leitura e escrita.

Conforme os dados apresentados na introdução deste texto, a maioria dos alunos não tem se alfabetizado até o terceiro ano do ensino fundamental e muitos chegam ao quinto ano em sua fase ainda inicial. Os resultados atingidos com os alunos nessa vivência, dessa forma, fogem à regra, pois apontam que basicamente todos os alunos concluíram o segundo ano no nível alfabético, ou seja, alfabetizados e com um nível bom de letramento, considerando suas relações com o texto escrito.

Tomando como referência esses dados, que denotam a não alfabetização dos alunos até o quinto na do ensino fundamental e a possibilidade de alfabetizar letrando até o terceiro ano, conforme este trabalho apresentou, vale então perguntar: por que os alunos da escola pública brasileira não se alfabetizam até o quinto ano do ensino fundamental, que dificuldades têm enfrentado a escola para ensinar a leitura e a escrita,

Mais do que estabelecer um pacto entre os entes federados para solucionar os velhos problemas da educação brasileira e em particular a alfabetização das crianças que se matriculam na escola, é preciso estabelecer um pacto com a educação pública de qualidade; um pacto de compromisso com a educação. É urgente a necessidade de o governo estabelecer um pacto com a valorização dos profissionais da educação, incluindo nesse pacto uma remuneração mais justa, melhores condições de trabalho e formação continuada.

Não se pode negar que sejam válidas essas experiências isoladas, que apresentam resultados significativos, que apontam caminhos possíveis para a solução do problema, como o que se apresenta neste trabalho. De igual maneira, não se pode negar também que se a educação fosse tratada com prioridade, se fosse dada a ela a atenção que ela merece, se respeitasse o direito à educação de todas as pessoas de todas as classes sociais, indubitavelmente, nenhuma criança, em plenas condições de aprendizagem, teria necessidade de três anos para se alfabetizar.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANTOS, Carmi Ferraz e ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. *Alfabetizar letrando*. In: Santos, Carmi Ferraz e Mendonça, Márcia . Alfabetização e letramento: conceitos e relações (orgs.) 1ed., 1reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERREIRO, Emilia. TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

MORAIS, Artur Gomes. *Se a escrita alfabética é um sistema notacional (e não um código), que implicações isto tem para a alfabetização?* In: MORAIS, Artur Gomes, ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia e LEAL, Telma Ferraz (org.). **Alfabetização: apropriação do Sistema de Escrita Alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed., 7. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2003.